



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
COLEGIADO DO CURSO DE PSICOLOGIA



PLANO DE ENSINO PARA ATIVIDADE ACADÊMICA

1. IDENTIFICAÇÃO

Componente Curricular:	Psicologia Jurídica								
Unidade Ofertante:	IPUFU								
Código:	GDR011	Período/Série:	2º		Turmas:	Manhã e noite			
Carga Horária					Natureza				
Teórica:	30 horas	Prática:		Total:	30 horas	Obrigatória	(x)	Optativa	()
Professor(A):	Priscilla Martins Dornelas					Ano/Semestre:	2021-2		
Observações:	O seguinte plano de ensino se aplica a turma da manhã e noite. Não será permitida a gravação de áudio ou vídeo das aulas.								

2. EMENTA

Psicologia e Psicopatologia Jurídica. Interface entre Psicologia e Direito. Limites e modificadores da capacidade civil. Limites e modificadores da responsabilidade penal.

3. JUSTIFICATIVA

A disciplina articula ideias centrais da relação entre a Psicologia e o Direito, com o objetivo de direcionar o serviço em rede e ampliar a visão científica, reflexiva e crítica do aluno. É fundamental para compreender os mecanismos punitivos, as desigualdades, direitos humanos e democráticos, exclusão social e patologização colaborando para a formação profissional em geral.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo Geral:

Fornecer ao aluno as ferramentas e o conhecimento necessário para compreender a interface entre Psicologia e Direito, de modo a apreender o conteúdo jurídico dos limites normais, biológicos e legais da responsabilidade penal e da capacidade civil.

4.2 Objetivos Específicos:

Apresentar os sistemas básicos da psicologia. Proporcionar reflexão entre o que é considerado normal ou patológico e compreender as diferenças entre o natural e o construído socialmente. Humanizar o

atendimento do futuro profissional que trabalhará com o público: adolescentes, famílias, mulheres e minorias sociais.

5. PROGRAMA

1. Noções de subjetividade
2. Articulação entre Psicologia e Psicologia Jurídica: aproximações e distinção
3. Direito da Família: conflitos familiares e a psicologia
4. Direitos da Criança e do Adolescente
5. Direito da mulher: violência, gênero, assédio moral e sexual
6. Atuação profissional, limites e diagnósticos.
7. Direitos Humanos
8. Psicopatologia e criminologia

6. METODOLOGIA

Atividades presenciais:

Aula expositiva e dialogadas utilizando textos básicos semanais. Toda a bibliografia e materiais serão hospedados online (google drive). Para cada aula o aluno deverá ler o texto indicado previamente.

Horário das aulas:

Segunda-feira:

Manhã 09:50 as 11:30

Noite: 20:50 as 22:30

Atividades assíncronas:

Serão compostas por leituras que preparam o aluno para a aula síncrona, preparação de seminário, preparação para atividade avaliativa e um filme disponibilizado no Youtube/ Netflix. O conteúdo programático para as atividades assíncronas (material de apoio, textos, cronograma) será disponibilizado no Google Drive.

Procedimentos de ensino:

Aulas expositivas dialogadas, reflexão crítica sobre o material apresentado, debates argumentativos e apresentação de seminário.

Os alunos deverão ficar atentos ao e-mail cadastrado na instituição caso seja necessário enviar algum comunicado prévio como avisos, link para atividades e afins, acesso aos artigos, etc.

Data	Atividade (Nome ou Descrição)	Assíncrona
02/05	Apresentação do cronograma e da disciplina.	Leitura do Cronograma
9/05	Curva da normalidade: olhar crítico Leitura Base: Canguilhem “O normal e o patológico, páginas 11-37.	Leitura

Data	Atividade (Nome ou Descrição)	Assíncrona
	Disponível em: https://app.uff.br/slab/uploads/GeorgesCanguilhem-ONormaleoPatologico.pdf	
16/05	História e atualidades da psicologia e psicologia jurídica Leitura: Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação	Leitura
23/05	Subjetividade e assistência pública Leitura: A assistência social pública na interface entre subjetividade e política	Leitura e documentário
30/05	Tema: Adolescentes, categoria de menor como construção social Leitura Base: “Desconstruindo a menoridade: a psicologia e a produção da categoria menor”	Leitura
06/06	Atividade Avaliativa 1	Leitura
13/06	Tema: Linguagem, psicanálise justiça e cultura - Leitura base: Joel Birman “A Economia do Gozo e os Impasses da Justiça”	Estudos direcionados e atividade
20/06	Apresentação: Artigos científicos e análise crítica. Grupo 1 (Conflitos do desenvolvimento) Grupo 2 (Psicologia direito e adoção)	Estudos direcionados
27/06	Aula expositiva- Tema: Violência contra mulher, gênero e papéis sociais. Leitura Básica: Intervenção psicossocial com mulheres em situação de violência doméstica	Leitura
4/07	Apresentação: Artigos científicos e análise crítica. Grupo 3 (Sistema Prisional) Grupo 4 (Minorias Sociais)	Estudos direcionados
11/07	Aula expositiva- Tema: Diagnósticos psicológicos Psicometria, testes e principais diagnósticos: limites e atuação jurídica Leitura : RESOLUÇÃO Nº 006, DE 29 DE MARÇO DE 2019	Leitura
18/07	Criminologia: Psicopatologia criminal e argumentação de casos Leitura: Manual esquemático de criminologia: Unidade 2, capítulo 5 Criminologia clinica Link: https://direitoutp2016.files.wordpress.com/2016/08/manual-esquematico-de-criminologia-nestor-sampaio-penteado-filho.pdf	Leitura
25/07	Apresentação: Artigos científicos e análise crítica. Grupo 5 (Conflitos Familiares)	Estudos direcionados
01/08	Atividade Avaliativa 2	Estudos direcionados para a atividade

Data	Atividade (Nome ou Descrição)	Assíncrona
8/08	Correção das provas e vista de notas	
15/08	Feriado. Prazo máximo de entrega de atividade substitutiva	

7. AVALIAÇÃO

7.1 Atividade avaliativa 1 e 2- (30 pontos cada, total 60)

Atividade avaliativa individual realizada na data indicada no cronograma. As questões abordarão os temas estudados em sala de aula. Será avaliada a compreensão sobre os conceitos trabalhados nos encontros, textos sugeridos para leitura e a análise crítica do aluno. A atividade será composta por questões abertas e fechadas a ser respondida no Google Forms.

7.2 Apresentação em grupo: Artigos científicos e análise crítica (40 pontos)

Apresentação em formato de seminários, compostos por temas das unidades citadas no programa. Os alunos deverão utilizar um artigo científico que esteja de acordo com o tema geral, podem estruturar a apresentação livremente utilizando recursos diversos. Será avaliado a escolha do artigo, a dinâmica estrutural do grupo e da apresentação, domínio do tema e clareza.

Tempo mínimo 30 minutos e máximo de 40 minutos.

8. HORÁRIO DE ATENDIMENTO

O atendimento dos alunos será semanal, o discente deverá enviar e-mail ou entrar em contato previamente solicitando o atendimento para que seja marcado de acordo com a disponibilidade dos envolvidos. O atendimento será preferencialmente feito após o horário das aulas.

9. BIBLIOGRAFIA BÁSICA (material ficará disponível no Drive)

Canguilhem, G. (2009). O normal e o patológico. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Birman, J (1996). A economia do gozo e os impasses da justiça. Uma leitura psicanalítica da justiça. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 6(1-2), 121-134.

Guerra, A. M. C., Cunha, C. F., Aranha, M.C., Souza, M. B., Penna, P. D, M., Silva, R. S. (2015) A assistência social pública na interface entre subjetividade e política. BH: Scriptum.

Lago, V. M., Amato, P., Teixeira, P. A., Rovinski, S. L. R., & Bandeira, D. R. (2009). Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de atuação. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 26(4), 483-491.

Mira Y Lopes, E. (2012) Manual de Psicologia Jurídica. Sao Paulo: LZN

Oliveira T.L. (2017). Intervenção psicossocial com mulheres em situação de violência doméstica. Seminário Internacional Fazendo Gênero. Florianópolis- Anais Eletrônicos.

Penteadó, N. S. (2012) Manual esquemático de criminologia. Saraiva: São Paulo.

Santos, E. P. dos. (2011) Desconstruindo a menoridade: a psicologia e a produção da categoria menor. In: Gonçalves, H. S.; Brandão, E. P. (Orgs). *Psicologia Jurídica no Brasil*. Rio de Janeiro: Nau

10. BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

Anexo V - PROGRAMAS Cargo: Psicólogo Conselho Federal de Psicologia (2003). Resolução do CFP N.º 006/2019. Brasília. CFP

Brasil (1990). Estatuto da Criança e Adolescente, Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Brasília/DF.

Conselho Federal de Psicologia (2005). Brasil. Lei Federal Nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Estatuto da Pessoa com deficiência.

Bourdieu, P. (2002) A dominação masculina: a condição feminina e a violência simbólica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

Cavalcante, A.D.C., Neto, A.T.J., Lopes, P.A. (2020) Psicólogo jurídico nos processos de adoção que tramitam na vara da infância e juventude. *Ciências Humanas e Sociais: Alagoas*, 6 (1), 93-110.

Costa, L.F., Penso, M. A., Legnani, V. N., & Sudbrack, M. F. O. (2009). As competências da psicologia jurídica na avaliação psicossocial de famílias em conflito. *Psicologia & Sociedade*, 21(2), 233-241.

Hermann, F. (1999) O que é psicanálise (para iniciantes ou não). São Paulo: Psique.

Nascimento, L. G., & Bandeira, M.M.B. (2018). Saúde Penitenciária, Promoção de Saúde e Redução de Danos do Encarceramento: Desafios para a Prática do Psicólogo no Sistema Prisional. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 38(spe2), 102-116.

Prado Filho, K. (2014). Para uma arqueologia da Psicologia (ou: Para pensar uma psicologia em outras bases). In: N. M. de F. Guareschi & A. A. L. Ferreira (orgs). *Foucault e a Psicologia* (pp.81-102). Porto Alegre: EdiPUCRS.

Roudinesco, E. (2003). *A Família em Desordem*. Rio de Janeiro: Zahar.

Rovinski, S. L. R., Cruz, R.M. (2017). *Psicologia Jurídica*. Sao Paulo: Vetor.